



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-DEDC
CURSO DE PEDAGOGIA

**ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OUVINTES, NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO**

ILMA LIMA DE JESUS

SALVADOR-BA

2025

ILMA LIMA DE JESUS

**ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OUVINTES, NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para a obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia, da
Universidade do Estado da Bahia –
UNEB.

Orientadora: Prof. Me. Irzyane dos
Santos Cazumbá

SALVADOR-BA

2025

Jesus, Ilma Lima de

Ensino de Libras na educação básica para ouvintes, no território brasileiro /

Ilma Lima de Jesus– 2025.

48 f.

Orientadora: Me. Irzyane dos Santos Cazumbá

Trabalho de Conclusão de Curso

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Licenciatura em Pedagogia Salvador, BA 2025.

1. Libras. 2. Educação Inclusiva. 3. Ensino Bilíngue. 4. Estudantes Ouvintes.

I. Cazumbá, Irzyane dos Santos, orientador II Ensino de Libras na educação básica para ouvintes, no território brasileiro


ILMA LIMA DE JESUS

**ENSINO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA OUVINTES, NO
TERRITÓRIO BRASILEIRO**


Trabalho de Conclusão de curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do grau de em
Licenciatura em Pedagogia, Campus I,
Salvador, da Universidade do Estado
da Bahia, sob orientação do (a) Profa
Ma. Irzyane dos Santos Cazumbá.

Aprovada em: 18/07/2025


Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **IRZYANE DOS SANTOS CAZUMBA**
Data: 29/08/2025 21:37:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (a) Ma. Irzyane dos Santos Cazumbá – Orientador(a)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 **MIRALVA DOS SANTOS SILVA**
Data: 22/07/2025 21:57:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (a) Dr.(a) Miralva dos Santos Silva – examinadora
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 **THALITA CHAGAS SILVA ARAUJO**
Data: 21/07/2025 15:43:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. (a) Ma. Thalita Chagas Silva Araújo – examinadora
Instituto Federal da Bahia – IFBA

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e saúde ao longo desta caminhada.
À minha família, pelo apoio incondicional, amor e compreensão em todos os momentos.

Aos professores e orientadores, pelas orientações, incentivo e contribuições acadêmicas.

Aos colegas de curso, pela parceria e troca de experiências durante a formação.
À instituição de ensino, pelo espaço de aprendizagem e oportunidades oferecidas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a importância do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação básica para estudantes ouvintes. Como objetivos específicos, busca-se: investigar os marcos legais que respaldam a Libras no sistema educacional brasileiro; identificar os desafios enfrentados pelas escolas e professores na sua implantação; e discutir propostas pedagógicas que favoreçam sua inserção no currículo escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa, com caráter exploratório, fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental, contemplando legislações, documentos oficiais e produções acadêmicas. Os resultados demonstram que, apesar dos avanços legais e de experiências positivas em diferentes regiões do país, a oferta da Libras ainda é insuficiente, marcada por lacunas na formação docente, escassez de materiais pedagógicos e ausência de políticas públicas consistentes. Evidencia-se, entretanto, que o ensino da Libras para ouvintes contribui para a inclusão escolar e social, amplia a empatia nas relações, fortalece o protagonismo da comunidade surda e promove a cidadania plena. Conclui-se que a expansão do ensino de Libras é essencial para transformar a escola em um espaço bilíngue e multicultural, no qual todas as línguas e culturas sejam reconhecidas e valorizadas.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Libras. Ensino bilíngue. Estudantes ouvintes.

ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the importance of teaching Brazilian Sign Language (Libras) in basic education for hearing students. The specific objectives include: investigating the legal frameworks that support Libras in the Brazilian education system; identifying the challenges faced by schools and teachers in its implementation; and discussing pedagogical proposals that favor its inclusion in the school curriculum. This qualitative, exploratory research is based on a bibliographic and documentary review, encompassing legislation, official documents, and academic literature. The results demonstrate that, despite legal advances and positive experiences in different regions of the country, the availability of Libras remains insufficient, marked by gaps in teacher training, a shortage of teaching materials, and a lack of consistent public policies. However, it is clear that teaching Libras to hearing students contributes to educational and social inclusion, increases empathy in relationships, strengthens the role of the deaf community, and promotes full citizenship. It is concluded that expanding Libras teaching is essential to transforming schools into bilingual and multicultural spaces where all languages and cultures are recognized and valued.

Keywords: Inclusive education. Libras. Bilingual education. Hearing students.

Lista de tabela

Tabela 1- Comparação com disciplinas regulares-----	21
Tabela 2 - Comparações fundamentais-----	22
Tabela 3. Panorama do ensino de Libras-----	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FALANDO EM LÍNGUA, O QUE É LIBRAS?	12
2.1 Libras como Componente Curricular para Ouvintes: Comparação com as Demais Disciplinas do Ensino Básico	14
LÍNGUAS DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNDO- BREVE HISTÓRICO	18
3.1 Educação inclusiva e reversa	22
3.2 Educação bilíngue	23
4. O ENSINO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	25
4.1 Formação de professores	31
4.2 Panorama do Ensino de Libras no Brasil: Avanços, Experiências Locais e Desafios	35
5. METODOLOGIA	39
6. RESULTADOS E CONCLUSÃO	40
7. CONSIDERAÇÃO FINAL	42
REFERÊNCIA	44

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira, nas últimas décadas, tem avançado na construção de uma escola inclusiva, plural e sensível à valorização da diversidade cultural e linguística. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, destaca-se como ferramenta pedagógica para a formação integral de estudantes ouvintes e para a quebra de barreiras comunicacionais.

Apesar dos avanços legais, a presença da Libras nas escolas de educação básica voltada para alunos ouvintes ainda é restrita e desigual. Segundo Silva, Lemos e Fácio (2021), o ensino de Libras para ouvintes pode trazer impactos positivos no convívio social, fortalecendo vínculos familiares e promovendo maior inserção do surdo no ambiente social.

Apesar dos avanços normativos, a presença da Libras nas escolas de educação básica para alunos ouvintes ainda é restrita e desigual. Segundo Silva, Lemos e Fácio (2021), a aprendizagem dessa língua por ouvintes favorece a integração social e pode estreitar vínculos familiares quando há pessoas surdas no convívio. Ao ser inserida no currículo escolar, a Libras contribui para a quebra de barreiras comunicacionais, a valorização da diversidade linguística e a construção de uma sociedade mais acessível e democrática.

A motivação para a escolha do tema surgiu durante minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia, especialmente a partir do contato com o componente curricular de Libras e das experiências vivenciadas no estágio supervisionado. Esses momentos possibilitaram perceber que aprender Libras vai muito além de dominar um novo código linguístico: trata-se de reconhecer e valorizar uma cultura, de promover inclusão e de contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes e engajados socialmente. Essa vivência pessoal e profissional despertou o interesse em investigar como o ensino de Libras para ouvintes pode ser implantado de forma efetiva na educação básica.

Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é a importância da implantação do ensino da Libras para estudantes ouvintes no currículo

da educação básica brasileira?

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância da implantação do ensino da Libras para estudantes ouvintes no currículo da educação básica brasileira. Como objetivos específicos, busca-se: Investigar os marcos legais que respaldam o ensino da Libras no sistema educacional brasileiro; Discutir a Libras como ferramenta de inclusão e valorização da diversidade linguística; Identificar desafios enfrentados por escolas e professores para a inserção da Libras na educação básica para ouvintes; Apresentar propostas pedagógicas que favoreçam o ensino significativo e acessível da Libras a estudantes ouvintes.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, baseada na análise de legislações, documentos oficiais e produções acadêmicas que discutem a educação inclusiva, a educação bilíngue e a formação docente em Libras. As fontes foram selecionadas a partir de critérios de relevância temática, atualidade e reconhecimento científico.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro, apresenta-se a conceituação da Libras e sua relevância linguística e cultural. O segundo aborda a Libras como componente curricular, comparando-a com outras disciplinas da educação básica e trazendo um panorama histórico da educação de surdos no Brasil e no mundo. O terceiro discute a educação inclusiva, a inclusão reversa e a educação bilíngue, relacionando esses conceitos ao ensino de Libras para ouvintes. O quarto analisa experiências e desafios da implantação da Libras nas escolas brasileiras, destacando casos práticos e dados levantados. Por fim, nas considerações finais, retomam-se os objetivos e apresentam-se reflexões sobre a importância e os caminhos para ampliar o ensino da Libras na educação básica.

2. FALANDO EM LÍNGUA, O QUE É LIBRAS?

Segundo Saussure (1916), a língua pode ser entendida como um sistema de sinais convencionados por um grupo social, utilizado para expressar e organizar ideias. Embora a comunicação se manifeste por diversas formas, como gestos e sinais não estruturados, a língua se diferencia por possuir regras e estruturas específicas que articulam sons, formas e significados, além da distinção entre *langue* — o sistema coletivo da língua — e *parole* — o uso individual desse sistema. Dessa forma, a Libras, com seu sistema visual-espacial e regras próprias, enquadra-se plenamente como uma língua natural, legítima e estruturada.

A Libras é um fenômeno linguístico e cultural de inegável relevância no cenário educacional e social brasileiro. Reconhecida legalmente como a língua da comunidade surda no Brasil, a Libras apresenta uma estrutura própria, complexa e autônoma, que vai além de um simples sistema gestual. Conforme Rodrigues e Valente (2011), a Libras é uma língua visual-espacial com parâmetros gramaticais bem definidos, tais como configuração das mãos, movimento, uso do espaço e expressões faciais, elementos essenciais para a riqueza da sua morfossintaxe. Estudos neurolinguísticos indicam que o hemisfério cerebral esquerdo, tradicionalmente associado ao processamento da linguagem oral, também é responsável pelo processamento da Libras, evidenciando sua equivalência funcional a outras línguas naturais (Quadros, 2007). A organização espacial da língua de sinais, apesar de visual, demanda habilidades cognitivas comparáveis às da linguagem oral, confirmando a legitimidade linguística da Libras.

A compreensão da Libras como parte integrante da cultura surda é fundamental para romper com visões patologizantes da surdez. Gesser (2009) argumenta que a reafirmação da Libras enquanto língua resulta da resistência histórica em reconhecer a diferença linguística e cultural da comunidade surda, promovendo uma mudança de paradigma — da deficiência para a diferença. A língua dos surdos é viva, construída historicamente em comunidade, constituindo uma forma legítima de existência e comunicação.

Leão (2013) complementa essa perspectiva ao analisar os efeitos do ensino da Libras em cursos de formação docente, destacando que o contato com a cultura surda

provoca deslocamentos subjetivos nos alunos ouvintes, ocasionando ressignificações profundas em suas representações sobre surdez e surdos. A análise do discurso, segundo a autora, permite compreender essas transformações, evidenciando a necessidade de uma formação crítica e sensível à diversidade.

No campo didático, Duarte (2011) enfatiza metodologias de ensino da Libras baseadas na interação e dialogicidade, inspiradas em Bakhtin e Vygotsky, defendendo que o ensino para ouvintes deve considerar o contexto social dos alunos e privilegiar práticas discursivas autênticas. Para o autor, os sinais carregam sentidos históricos e ideológicos essenciais para a construção de significados nas relações comunicativas. Além disso, destaca a importância da inclusão da Libras nos currículos universitários para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e plural. Duarte (2011) também observa que cada frase em português pode gerar múltiplas traduções em Libras, o que demanda uma abordagem pedagógica flexível e sensível às nuances da língua, incentivando a criação de materiais específicos desenvolvidos a partir das necessidades da comunidade surda.

Ainda conforme Gesser (2009), a Libras não é universal, possuindo variações regionais que refletem a diversidade linguística e cultural das comunidades surdas ao redor do mundo. Essas variações são indicativos da vitalidade e criatividade linguística da Libras, reforçando sua legitimidade e complexidade (Rodrigues e Valente, 2011). Pesquisas de Quadros (2007) também ressaltam que a produção e compreensão da Libras envolvem processos cognitivos complexos, diferenciando a organização gramatical da percepção visual de objetos reais.

Nesse contexto, a formação de professores e intérpretes de Libras deve incluir o domínio linguístico e a compreensão crítica da cultura surda e suas lutas históricas, valorizando a diferença e o respeito à singularidade linguística para uma prática pedagógica inclusiva (Leão, 2013).

No âmbito legal, a Libras foi reconhecida pela Lei nº 10.436/2002 como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira (Santana, 2007). Apesar do avanço legal, como apontam Gesser (2009) e Duarte (2011), ainda há desafios para a efetiva implementação dessa lei nas políticas educacionais e nos

serviços públicos, sendo fundamental a presença de profissionais qualificados e a ampliação dos espaços de uso da Libras.

Em suma, a Libras é uma língua plena, com estrutura complexa, relevância social e profundidade cultural. Seu reconhecimento e valorização são indispensáveis para a construção de uma sociedade justa, plural e democrática, que assegure à comunidade surda o direito à comunicação, cultura e cidadania.

2.1 Libras como Componente Curricular para Ouvintes: Comparação com as Demais Disciplinas do Ensino Básico

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 estabelece as normas para a educação no Brasil, incluindo as disciplinas obrigatórias e opcionais no ensino básico. Dentre essas disciplinas, destacam-se o português, o inglês e, cada vez mais, a Libras, que vem ampliando seu espaço não apenas na educação de pessoas surdas, mas também na formação de alunos ouvintes e professores. A análise da inserção dessas disciplinas no currículo revela não apenas aspectos pedagógicos, mas também dimensões políticas, culturais e sociais relativas à inclusão e à valorização da diversidade linguística.

A incorporação da Libras como componente curricular para alunos ouvintes representa um avanço significativo na promoção da inclusão e no reconhecimento da diversidade linguística no sistema educacional brasileiro. Diferentemente das disciplinas tradicionais, como Língua Portuguesa, matemática ou Ciências, a Libras apresenta características próprias que demandam metodologias específicas e uma abordagem didática que respeite suas particularidades linguísticas e culturais (QUADROS; KARNOPP, 2004).

No que se refere às línguas, a Libras compartilha com a Língua Portuguesa, a Língua Inglesa e outras línguas estrangeiras a missão de desenvolver competências linguísticas, comunicativas e culturais. Contudo, enquanto as línguas orais estrangeiras são ensinadas com o foco na comunicação internacional e no acesso a outras culturas, a Libras possui uma função imediata e intrínseca de inclusão social e valorização da diversidade linguística interna ao Brasil (LOPES, 2018). Por exemplo, o ensino da Língua Inglesa tradicionalmente enfatiza habilidades auditivas, orais, de

leitura e escrita baseadas no código oral-auditivo, enquanto a Libras exige a mobilização da percepção visual e motora, configurando-se como uma modalidade comunicativa visual-gestual (FERREIRA, 2019). Isso implica que as estratégias pedagógicas para o ensino da Libras devem contemplar suas particularidades, como a expressão facial e o uso do espaço tridimensional.

Apesar do reconhecimento legal e da relevância social da Libras, a disciplina enfrenta desafios para sua plena inclusão curricular, sobretudo para alunos ouvintes. Barreiras como a carência de professores habilitados e a escassez de materiais didáticos específicos ainda dificultam sua efetiva implementação (RODRIGUES, 2021). Para elucidar as diferenças e semelhanças entre a Libras e as demais disciplinas regulares do ensino básico, apresenta-se a seguir uma tabela comparativa sintetizando os principais aspectos pedagógicos, linguísticos e sociais:

Tabela 1- Comparação com disciplinas regulares

Aspecto	Libras	Disciplinas Tradicionais (ex.: Português, Matemática)
Natureza	Língua natural visual-espacial	Línguas orais, matemática, ciências, etc.
Modalidade de comunicação	Visual, gestual, espacial	Auditiva e escrita
Estrutura gramatical	Configuração das mãos, movimentos, expressões faciais	Sintaxe e gramática verbal
Método de ensino	Desenvolvimento da percepção visual e motora	Foco em leitura, escrita e raciocínio lógico
Papel social e cultural	Identidade e inclusão da comunidade surda	Transmissão de conhecimentos gerais e habilidades cognitivas
Status curricular	Geralmente optativo, com variação regional	Normalmente obrigatório com carga horária definida
Formação de professores	Carência e necessidade de capacitação específica	Formação consolidada em pedagogia e licenciaturas tradicionais
Benefícios pedagógicos	Amplia repertório comunicativo e empatia; estimula habilidades visuo-espaciais	Desenvolvimento do pensamento lógico, leitura e escrita
Material didático	Escasso e específico	Abundante e diversificado

Fonte: Elaborado pelo autor

A Tabela 1 apresenta uma síntese comparativa entre a Libras e as disciplinas tradicionais do currículo da educação básica, evidenciando suas especificidades e os desafios para sua efetiva inclusão escolar. Diferente das disciplinas convencionais, como Português e Matemática, que se baseiam majoritariamente em códigos orais e

escritos, a Libras se caracteriza por sua natureza visual-espacial e pela comunicação gestual, o que exige uma abordagem pedagógica diferenciada. Sua estrutura gramatical é composta por elementos como configuração das mãos, movimentos corporais e expressões faciais, o que demanda o desenvolvimento de competências visuais e motoras no processo de aprendizagem. Além disso, o papel social e cultural da Libras é destacado por sua função de inclusão e valorização da identidade da comunidade surda, enquanto as disciplinas tradicionais focam, principalmente, na transmissão de conteúdos e habilidades cognitivas. A tabela revela a desigualdade curricular da Libras, que muitas vezes é tratada como disciplina optativa, ao contrário de matérias obrigatórias como Português e Matemática. Apesar de seus reconhecidos benefícios pedagógicos, a falta de materiais e políticas adequadas compromete sua efetiva valorização nas escolas.

Além dessa comparação geral, é importante destacar as especificidades entre a Libras, a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa, as quais possuem status curricular e funções distintas no contexto escolar brasileiro. A tabela abaixo apresenta as principais diferenças:

Tabela 2 - Comparações fundamentais

Aspecto	Língua Portuguesa	Língua Inglesa	Libras
Status	Obrigatória em toda a educação básica	Obrigatória a partir do 6º ano	Optativa, obrigatória para formação de professores e acessibilidade
Função	Comunicação nacional, base da instrução	Comunicação internacional, mobilidade e cultura	Comunicação própria, acessibilidade, convivência
Grupo-alvo	Todos os estudantes	Todos os estudantes	Pessoas surdas e crescentemente, ouvintes
Uso na escola	Língua principal de ensino	Língua adicional, preferencial	Suporte à inclusão, disciplina optativa ou complementar
Fundamento legal	Art. 26 e art. 35-A	Art. 26, §5º; art. 35-A, §4º	Art. 60-A; Lei nº 10.436/2002

Fonte: Elaborado pelo autor

Essa análise evidencia que, embora a Língua Portuguesa e a Língua Inglesa possuam status curricular consolidado, a Libras mantém um papel emergente e complementar, apesar de seu reconhecimento oficial. Sua inclusão é fundamental

para promover a inclusão e os direitos linguísticos das pessoas surdas, bem como para enriquecer o repertório linguístico e cultural dos alunos ouvintes.

A presença da Libras como componente curricular na educação básica representa não apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas também uma estratégia pedagógica essencial para o fortalecimento da inclusão e do respeito à diversidade linguística. Ao ser ensinada a alunos ouvintes, a Libras promove a ampliação do repertório comunicativo e estimula o reconhecimento da surdez como uma diferença cultural e não como deficiência.

Em síntese, a inclusão da Libras no currículo escolar configura um avanço decisivo para a promoção de uma educação plural, inclusiva e respeitosa à diversidade linguística do país. É necessário ampliar investimentos em formação docente, produção de materiais pedagógicos específicos e sensibilização da comunidade escolar, garantindo que o ensino da Libras atinja qualidade e reconhecimento equivalentes às demais disciplinas (VITORINO, 2024).

Por fim, é importante destacar que, apesar dos avanços normativos que reconhecem a Libras como língua oficial da comunidade surda, persistem desafios estruturais e simbólicos para sua efetiva inserção no currículo escolar. A valorização da Libras como instrumento de acesso ao conhecimento e expressão da identidade surda ainda é, muitas vezes, negligenciada pelas instituições educacionais. Conforme observa Vitorino (2024, p. 23):

“A Libras ainda é pouco inserida como disciplina curricular. Não é tão valorizada como o inglês ou espanhol, pois ainda é compreendida como língua dos ‘deficientes’ e não como uma língua de uma comunidade. Contudo, se a Libras é oficializada no Brasil, estamos longe de compreendê-la com o mesmo valor que a língua portuguesa oral.”

Essa reflexão reforça a necessidade de mudança paradigmática nas políticas públicas e práticas pedagógicas para que a educação bilíngue seja de fato inclusiva, equitativa e promotora da diversidade linguística e cultural.

LÍNGUAS DE SINAIS E EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNDO- BREVE HISTÓRICO

Para entender como uma língua evolui, é essencial estudar a história do povo que a usa e as influências sociais, culturais e políticas que a moldaram. No caso das línguas de sinais, conhecer a trajetória das pessoas surdas é crucial para dar sentido a essas línguas, ligadas à identidade e cultura surda.

A história surdo foi marcada por exclusão, segregação e tentativas de assimilação, ignorando suas necessidades linguísticas e culturais. Isso reforça a importância de valorizar as experiências surdas e reconhecer a língua de sinais como essencial para sua identidade e cidadania.

Desde a antiguidade, em civilizações como Grécia, Roma e China, a surdez era vista com preconceito, como uma maldição. Pessoas surdas sofriam marginalização, sendo rejeitadas ou mortas em casos extremos. Essa visão negativa atrasou o reconhecimento das línguas de sinais e a educação para surdos.

Só no Renascimento, com o humanismo e avanços científicos, começaram as primeiras tentativas de educar surdos e superar o preconceito. Na Idade Moderna, a atenção à surdez se dividiu em duas: a médica, que buscava curar a surdez, e a religiosa, que via a educação como um meio de salvação (Soares, 2005). O cristianismo inicialmente via a surdez como castigo, mas, influenciado pela Grécia, passou a vê-la como um desequilíbrio natural, abrindo espaço para abordagens educativas mais humanas (Soares, 2005).

Soares (2005) aponta Cardano como um dos primeiros a perceber o potencial da escrita na educação de pessoas surdas, pavimentando o caminho para abordagens pedagógicas mais eficazes. No século XVI, o monge beneditino espanhol Pedro Ponce de León é reconhecido como pioneiro por criar um método de ensino estruturado para surdos.

Ele os ensinava a falar e a compreender línguas clássicas como latim e grego, além de outras disciplinas, como física e astronomia (Goldfeld, 1997; Soares, 2005). A relevância do trabalho de Ponce de León é ressaltada por Juan Pablo Bonet, que, em 1620, publicou *Reducción de las letras y artes para enseñar a hablar a los mudos*,

detalhando o alfabeto manual criado por Ponce de León, o que ajudou a organizar a comunicação manual para surdos.

Na França, o abade Charles-Michel de l'Épée desempenhou um papel fundamental no progresso do ensino da língua de sinais. Ele estabeleceu o Instituto Nacional de Surdos-Mudos e foi um dos primeiros a empregar a língua de sinais como um meio de instrução padronizado. Essa instituição tornou-se uma referência mundial e disseminou métodos que valorizavam a língua de sinais como ferramenta de aprendizado.

Por outro lado, na Alemanha, o educador Heinicke defendia o oralismo puro, baseado unicamente no ensino da fala e da leitura labial, rejeitando o uso de línguas de sinais, embora seu método não tenha alcançado o mesmo sucesso que o francês (Goldfeld, 1997).

Adicionalmente, em Madri, o frade franciscano Yebra colaborou para o desenvolvimento do ensino religioso para surdos ao publicar *Refugion Infirmorum*, que continha um alfabeto manual para facilitar a comunicação e o ensino religioso (Veloso; Filho, 2009).

Nos Estados Unidos, a educação de surdos teve um marco importante com Thomas Gallaudet, que, após estudar os métodos franceses, fundou, em 1817, junto com o professor surdo Laurent Clerc, a primeira escola para surdos no país. Esse evento foi crucial para a emancipação cultural dos surdos nos Estados Unidos, pois possibilitou a formação de uma comunidade surda com escritores, engenheiros e intelectuais, abrindo novas perspectivas para sua cidadania plena e reconhecimento social (Sacks, 1989).

A jornada da educação formal para surdos no Brasil começou em 1857, quando Dom Pedro II, com o apoio do educador francês Ernest Huet, criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), conforme Strobel (2008) relata.

A história recente da educação de surdos no país ganhou força com leis importantes, como a Lei nº 10.436/2002, que tornou a Libras a língua oficial das

comunidades surdas, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou o uso da Libras e firmou o INES como referência no ensino da língua.

Essa caminhada, feita de lutas e mudanças importantes, mostra que entender essas trajetórias é crucial para mudar a educação, principalmente ao valorizar a acessibilidade e a língua na formação da cidadania do surdo, como defendem Santos e Batista (s.d.). Nesse cenário, o INES se destaca como um centro de referência e palco de diversas transformações na vida de muitos brasileiros surdos.

Segundo Rocha (2008), o INES atua há mais de 150 anos na educação de surdos, sendo um local de referência em todo o país. Sua história, construída com documentos, jornais e relatos, mostra como a instituição participou das mudanças nas práticas pedagógicas, políticas e culturais. A autora destaca que sua importância vai além da educação formal, pois também guarda a memória e a identidade da comunidade surda no Brasil.

Conforme Gianini (2008), foi crucial a formalização do ensino de Libras e a capacitação de instrutores surdos, dando aos surdos o controle de sua educação. Os cursos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e a metodologia *Libras em Contexto* viraram padrão para a pedagogia, dando autonomia e respeito à cultura e língua surda.

Para Strobel (2009), a história da educação surda está sempre mudando. Ela diz que entender o passado ajuda a entender o presente e criar um futuro melhor. A identidade surda, ligada à visão do mundo, se junta a ações sociais e educativas que devem ser consideradas nas políticas públicas. Almeida e Almeida (2012) também falam sobre isso, mostrando como a Libras cresceu sozinha, mesmo com a influência da Língua de Sinais Francesa. Eles explicam que a Libras não veio do português, pois é gestual-visual e tem sua própria gramática.

Essa língua surgiu do contato entre surdos em lugares como o INES, onde, mesmo proibidos de usá-la, os alunos a mantinham em segredo. Gianini (2008) e Santos e Batista (s.d.) afirmam que a educação bilíngue só funciona se a Libras for valorizada como a primeira língua do surdo, sendo necessário treinar professores que saibam Libras e criar materiais adequados.

A união entre FENEIS, Ministério da Educação (MEC) e secretarias ajudou na formação e garantiu um ensino melhor para os surdos. Strobel (2009) também explora a identidade surda e sua relação com a educação, mostrando como o surdo se forma socialmente e historicamente a partir da sua experiência visual e comunitária. Segundo a autora, a comunidade surda inclui surdos e ouvintes que compartilham os mesmos valores, como familiares, intérpretes e professores. Essa união é essencial para criar práticas inclusivas que respeitem a diferença.

Analisando a evolução da Libras, Almeida e Almeida (2012) ressaltam que ela passou por fases de forte oposição e luta. No século XIX, o francês Eduard Huet, um parisiense surdo, trouxe o alfabeto manual francês para o Brasil e criou, em 1857, a primeira escola para surdos do país. Esse acontecimento foi crucial para a formação da comunidade surda brasileira, e até hoje celebramos o Dia Nacional dos Surdos em 26 de setembro.

Strobel (2009) argumenta que estudar a história da educação de surdos possibilita refletir criticamente sobre a exclusão que ainda existe na sociedade. A autora questiona por que, apesar das políticas de inclusão, o surdo permanece marginalizado.

Rocha (2008) salienta que a história do INES se confunde com a história da educação de surdos no Brasil. Ao longo dos anos, o Instituto superou obstáculos e implementou mudanças estruturais que impactaram a percepção social da surdez. A autora também enfatiza que o acervo histórico do INES constitui uma preciosa fonte de pesquisa, auxiliando na valorização da língua e na democratização do saber.

A educação bilíngue precisa superar o status de ideal e se tornar uma realidade concreta. Almeida e Almeida (2012) destacam que espaços de convívio, como a FENEIS, foram essenciais para o fortalecimento da identidade surda, permitindo o desenvolvimento de expressões artísticas como Poesia Surda, Teatro Surdo e Pintura Surda.

A formação da identidade surda, segundo Strobel (2009), está diretamente ligada às práticas de resistência e ao sentimento de pertencimento a uma comunidade linguística e cultural. Assim, a jornada da educação dos surdos no Brasil está

intrinsecamente ligada à luta pelo reconhecimento linguístico e cultural. A Libras, enquanto língua de sinais brasileira, é mais que um instrumento de comunicação; é símbolo de identidade, resistência e autonomia.

Fundamentados nos estudos de Gianini (2008), Rocha (2008), Strobel (2009), Santos e Batista (s.d.) e Almeida e Almeida (2012), entendemos que a valorização dessa língua e da cultura surda é crucial para uma sociedade inclusiva. A persistência de preconceitos e a carência de políticas eficazes ainda são obstáculos a essa valorização.

3.1 Educação inclusiva e reversa

A inclusão escolar, segundo Sasaki (1999), vai além da mera inserção física de alunos com deficiência em escolas regulares, implicando a transformação das práticas pedagógicas, currículos, estruturas e atitudes, de modo que todos possam participar plenamente. Mantoan (2003) reforça que a inclusão é um compromisso ético e político, fundamentado na valorização da diferença como elemento enriquecedor do processo educativo. No contexto do ensino de Libras para ouvintes, a inclusão se manifesta na ampliação de repertórios comunicativos, na quebra de barreiras linguísticas e na promoção de uma convivência democrática.

A comunidade surda compreende pessoas surdas e também ouvintes que compartilham a mesma língua e cultura — familiares, intérpretes, professores e demais participantes da vida social e cultural dos surdos (STROBEL, 2009). Gesser (2009) enfatiza que essa comunidade se constitui pela língua de sinais e pelos valores, tradições e formas de interação próprias, que reafirmam a identidade e a resistência cultural frente a modelos ouvintistas.

A identidade surda, conforme Strobel (2009), é construída na interação social entre pares, tendo a língua de sinais como principal meio de comunicação e expressão cultural. Skliar (1998) complementa que essa identidade é múltipla, formada na interseção entre experiência visual, cultura surda e práticas de resistência às tentativas de assimilação cultural.

A educação inclusiva requer que a escola se transforme para atender a todos, promovendo equidade e justiça social (Sasaki, 1999). Modelos tradicionais de integração exigiam adaptação dos alunos com deficiência à estrutura escolar majoritária; já a inclusão plena demanda mudanças curriculares, metodológicas e

paradigmáticas, valorizando as diferenças e garantindo participação efetiva. A Declaração de Salamanca (1994) reforça que todas as crianças devem ser acolhidas, independentemente de suas características individuais, consolidando a inclusão como questão de direitos humanos.

Dentro desse cenário, surge o conceito de inclusão reversa, que propõe uma inversão da lógica tradicional: não apenas integrar alunos com deficiência ao mundo dos “normais”, mas aproximar alunos típicos ao universo das pessoas com deficiência. Silva et al. (2021) descrevem a inclusão reversa como interação planejada em que todos aprendem juntos, rompendo estereótipos e promovendo transformação social. Esse modelo se aplica à educação formal e a contextos culturais, esportivos e sociais, como no voleibol sentado, promovendo convivência e aprendizado mútuo.

A inclusão reversa é um avanço significativo, pois permite que ouvintes compreendam a realidade da comunidade surda de forma mais profunda, promovendo respeito, empatia e diálogo cultural. Vejo essa abordagem como essencial para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde a convivência entre diferentes seja valorizada e a diversidade reconhecida como riqueza.

A verdadeira inclusão vai além da presença física: se realiza na convivência, na troca, no reconhecimento mútuo e na construção coletiva de saberes, promovendo equidade, diversidade e cidadania plena.

3.2 Educação bilíngue

A educação bilíngue para surdos refere-se ao ensino que considera Libras como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2) (QUADROS; KARNOPP, 2004). Tradicionalmente, essa abordagem focou na adaptação do surdo ao meio ouvinte. Contudo, como argumenta Santana (2007), é necessário que ouvintes também aprendam Libras, garantindo comunicação bidirecional e valorizando a diversidade linguística.

O espaço bilíngue, definido por Lodi e Lacerda (2009), é aquele em que duas línguas circulam de forma plena e legítima, assegurando acesso igualitário à comunicação e ao conhecimento. Para ouvintes, representa oportunidade de ampliar competências linguísticas e culturais; para surdos, garante direito linguístico e educacional.

Nesse sentido, o espaço escolar mais apropriado para o desenvolvimento pleno do estudante surdo é a escola bilíngue, onde Libras e português coexistem de forma equilibrada. A inclusão reversa aplicada à Libras para ouvintes deve ocorrer também nesses espaços, potencializando contato, convivência e aprendizagem conjunta.

Exemplos históricos reforçam essa perspectiva. Em Martha's Vineyard, EUA, a língua de sinais era usada tanto por surdos quanto por ouvintes, promovendo inclusão plena e integração social (Sacks, 1989). No Brasil, a comunidade indígena Urubu-Ka'apor desenvolveu a língua de sinais Ka'apor, utilizada por surdos e ouvintes desde a infância, promovendo comunicação igualitária e preservação cultural (Gomes, 2020).

O reconhecimento oficial da Libras, com a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, estabelece seu ensino obrigatório na formação de professores e profissionais da educação, mas ainda há desafios para garantir inclusão bilíngue plena em todos os níveis. Movimentos sociais, como o Setembro Azul, reforçam a importância de ouvintes fluentes em Libras para ampliar a acessibilidade e promover uma sociedade inclusiva.

Ao ampliar o ensino de Libras para ouvintes é indispensável. Isso não apenas garante comunicação eficaz, mas fortalece a valorização da identidade surda e promove um ambiente escolar e social mais justo e democrático. Acredito que essa prática deve ser prioridade, pois transforma a educação em uma experiência verdadeiramente coletiva e respeitosa da diversidade.

Portanto, a educação bilíngue, considerando o aprendizado de Libras pelos ouvintes, reconhece que inclusão linguística e social é uma via de mão dupla. O respeito à diversidade linguística fortalece os direitos humanos e contribui para a construção de uma sociedade justa, plural e humana, na qual todas as línguas e culturas coexistam e sejam valorizadas.

4. O ENSINO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Libras na educação básica voltado para estudantes ouvintes representa um marco fundamental na promoção de uma sociedade mais inclusiva e plural. A proposta de inserção de Libras como componente curricular transcende o simples aprendizado linguístico e se firma como um mecanismo de valorização da cultura surda, desconstrução de preconceitos históricos e fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à diversidade. Apesar dos avanços legislativos e normativos que reconhecem oficialmente a Libras como meio legal de comunicação no Brasil, seu espaço nas instituições escolares ainda é limitado, especialmente quando se trata do ensino para alunos ouvintes.

Autores como Silva, Lemos e Fácio (2021) ressaltam que o avanço da Libras como meio de inserção da comunidade surda na sociedade evidencia a necessidade de atualização e criação de metodologias de ensino para o público ouvinte, uma vez que a comunicação eficaz entre surdos e ouvintes é essencial para a integração social. De acordo com os mesmos autores, o ensino de Libras para ouvintes não deve se restringir às áreas da educação especial ou da formação em saúde, mas deve ser expandido a todas as esferas sociais e profissionais.

Na perspectiva de Taveira e Bandeira (2024), ensinar Libras para crianças ouvintes desde a educação infantil permite a criação de ambientes inclusivos e formativos, nos quais as potencialidades de todos os alunos são estimuladas. A inclusão da Libras como segunda língua no currículo regular proporciona a construção de uma base sólida para o reconhecimento da cultura surda como parte constitutiva da identidade nacional, além de permitir o desenvolvimento da empatia e da convivência entre diferentes.

Silva, Lemos e Fácio (2021) também destacam a carência de profissionais capacitados para o ensino de Libras a ouvintes, o que reflete diretamente na baixa oferta dessa disciplina nas escolas regulares. Para superar esse desafio, é necessário o investimento em formação docente e em políticas públicas que promovam a obrigatoriedade e a valorização da Libras como língua adicional, similar ao ensino de línguas estrangeiras como o inglês e o espanhol.

A experiência de Lacerda, Caporali e Lodi (2004) reforça que o contato com

a Libras por parte de ouvintes pode transformar significativamente as relações sociais, especialmente quando se estabelece uma vivência positiva e motivadora com a cultura surda. Tais experiências mostram que é possível desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes a partir do reconhecimento do valor linguístico e simbólico da Libras.

Na análise de Paiva, Faria e Chaveiro (2018), apesar de a legislação brasileira estabelecer a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores, ainda existe grande disparidade entre as instituições no que diz respeito à carga horária, aos conteúdos e à qualificação dos docentes. Esta realidade acaba refletindo diretamente na capacidade das escolas de oferecerem um ensino de Libras qualificado também para os alunos ouvintes.

Araujo et al. (2024) abordam a importância do ensino de Libras na educação infantil como meio de sociabilização entre crianças surdas e ouvintes. As autoras afirmam que essa interação desde cedo favorece a valorização da diferença e a construção de uma sociedade mais equânime. Além disso, destacam que a falta de educadores capacitados e de políticas de formação específica são entraves significativos para a expansão dessa prática.

A continuidade dessa abordagem se justifica ainda pela necessidade de repensar os currículos escolares sob a ótica da inclusão. Conforme argumentam Silva, Lemos e Fácio (2021), aprender Libras desde cedo contribui com a integração social e respeita a diversidade linguística presente nas escolas. Essa aprendizagem não apenas favorece a comunicação com os surdos, mas também desenvolve habilidades cognitivas e comunicacionais importantes para a formação integral dos estudantes.

Outro ponto relevante diz respeito às metodologias empregadas no ensino de Libras como segunda língua. Os autores ressaltam a importância de estratégias que respeitem os estilos de aprendizagem dos ouvintes, utilizando recursos visuais, atividades lúdicas e imersão em contextos da cultura surda. O ensino deve ser estruturado de modo a evitar comparações indevidas com línguas orais e promover o reconhecimento da Libras como uma língua plena e complexa.

Nesse cenário, a atuação do educador é fundamental. Segundo Isidorio (2017), o educador que atua na apresentação da Libras deve incentivar o

interesse dos alunos ouvintes pela língua e cultura surda, demonstrando que a inclusão e o respeito às diferenças linguísticas e culturais são pilares da convivência democrática. Essa atuação, entretanto, só será eficaz se for sustentada por formação contínua e por políticas públicas comprometidas com a inclusão.

Taveira e Bandeira (2024) apontam ainda que a Libras, quando ensinada aos ouvintes desde a infância, possibilita a construção de espaços multiculturais nas escolas. Esses espaços promovem a igualdade de acesso ao conhecimento e fortalecem a cidadania, ao reconhecer a pluralidade de modos de expressão e de comunicação.

Nesse contexto, Gesser (2012) ressalta a importância de se despertar nos estudantes ouvintes o interesse em compreender o que é a surdez, o que é a Libras e a quem essa língua importa. Essa consciência amplia o repertório sociocultural dos aprendizes e os torna mais preparados para interagir com a comunidade surda. Ao mesmo tempo, Albres (2016) observa que muitos professores de Libras ainda ensinam baseando-se em suas próprias experiências como aprendizes, sem uma formação didática específica, o que pode comprometer a eficácia do ensino.

Além disso, Gesser (2012) afirma que a abordagem pedagógica deve considerar as diferentes motivações dos alunos ouvintes, que podem variar entre familiares de surdos, futuros intérpretes ou profissionais da educação. Para atender a essas demandas diversas, é essencial que os docentes conheçam o perfil de seus alunos e adotem metodologias flexíveis. Contudo, como aponta Santana (2007), para que a aprendizagem seja significativa, ela deve ir além da memorização de sinais e incluir atividades interativas, contato com usuários nativos da língua e a valorização da Libras como forma legítima de expressão cultural.

Apesar dos avanços legais, como a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, que reconhecem a Libras como meio legal de comunicação e determinam sua presença nos cursos de formação de professores, fonoaudiólogos e pedagogos, a implementação efetiva do ensino da Libras na educação básica ainda enfrenta grandes desafios. Segundo Santana (2007),

faltam professores qualificados, materiais pedagógicos adequados e políticas públicas que assegurem a continuidade e qualidade desse ensino.

Além disso, é preciso compreender que a Libras é uma língua viva, com variações regionais, estrutura gramatical própria e uma dimensão cultural indissociável de seu uso. Santana (2007) esclarece que a Libras não é uma tradução do português em gestos, mas uma língua com léxico, gramática e sintaxe próprios. Assim, ensinar Libras nas escolas requer respeitar sua complexidade e garantir que os estudantes não a vejam como um conjunto simplificado de sinais, mas como uma linguagem completa e legítima.

Gesser (2012) também destaca que a aprendizagem de uma nova língua envolve múltiplos fatores, como motivação, aptidão, crenças e estilos cognitivos. Isso reforça a importância de práticas pedagógicas que considerem esses aspectos e favoreçam uma aprendizagem significativa. Por sua vez, Albres (2016) denuncia a precariedade na formação docente, observando que muitos cursos ainda não oferecem estágios ou oportunidades reais de prática em sala de aula.

Outro ponto essencial é a dimensão identitária da Libras. Segundo Santana (2007), usar a língua de sinais em contato com outro surdo é o que define, basicamente, tal identidade. Dessa forma, ao aprender Libras, os estudantes ouvintes também precisam desenvolver uma postura ética e respeitosa diante da cultura surda, compreendendo que a língua é um elemento central na construção da identidade de seus usuários.

Em algumas escolas brasileiras, têm-se observado iniciativas voltadas para a inclusão de estudantes surdos por meio do ensino da Libras aos alunos ouvintes. Em uma escola localizada na região Centro-Oeste, por exemplo, os estudantes começaram a aprender Libras para se comunicarem com um colega surdo. Essa prática permitiu a participação mais efetiva do aluno nas atividades escolares, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e sem barreiras linguísticas.

Outro exemplo pode ser encontrado em uma escola da região Sudeste, onde o ensino de Libras foi implementado como estratégia para ampliar a convivência entre os alunos ouvintes e um estudante surdo. A experiência demonstrou que, além de melhorar a comunicação entre os colegas, contribuiu

significativamente para o desenvolvimento de valores como empatia, respeito às diferenças e valorização da diversidade cultural e linguística.

Em contrapartida, em diversas localidades do país, estudantes surdos ainda enfrentam dificuldades significativas em seu percurso escolar. A falta de professores capacitados em Libras e de materiais pedagógicos acessíveis compromete o aprendizado e a inclusão desses alunos no ambiente educacional. Esse cenário revela a urgência de políticas públicas voltadas para a formação continuada de docentes e a produção de recursos didáticos acessíveis.

Existem também experiências bem-sucedidas de escolas que adotaram o modelo bilíngue, integrando o ensino em Libras e em língua portuguesa, com o objetivo de atender às necessidades linguísticas específicas dos estudantes surdos. Nessas instituições, os alunos têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades cognitivas e comunicativas em ambas as línguas, o que favorece seu desempenho acadêmico e sua inserção social.

Além disso, alguns sistemas de ensino têm investido na formação de professores e cuidadores da rede pública para ampliar a oferta do ensino de Libras nas escolas. A inclusão dessa disciplina nos currículos e a capacitação dos profissionais da educação são estratégias fundamentais para garantir uma educação de qualidade a todos os estudantes, sem discriminação.

Por fim, é possível observar que o ensino de Libras nas escolas também tem contribuído para fortalecer os laços entre os alunos, criando um ambiente mais solidário. Em diferentes contextos escolares, por exemplo, estudantes têm aprendido sinais básicos da Libras para celebrar aniversários ou participar de atividades com colegas com deficiência, demonstrando que a comunicação acessível pode enriquecer a convivência e promover maior integração no ambiente educacional.

Em diversas regiões do Brasil, a prática do ensino de Libras nas escolas tem se mostrado cada vez mais necessária e presente, promovendo a inclusão dos alunos surdos e facilitando a comunicação entre ouvintes e surdos. Essa interação contribui para a construção de um ambiente educacional acessível, acolhedor e igualitário, onde a diversidade linguística é valorizada e respeitada.

Diversas experiências educacionais têm demonstrado que o ensino de Libras para estudantes ouvintes é fundamental para promover a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar. O aprendizado da língua de sinais facilita a comunicação entre colegas, elimina barreiras e contribui para um ambiente mais empático e respeitoso em relação à diversidade. Apesar dos avanços, ainda existem desafios, como a falta de professores qualificados e materiais pedagógicos adequados, que dificultam a plena inclusão dos surdos. Entretanto, modelos bilíngues que integram Libras e português mostram resultados positivos no desenvolvimento acadêmico dos alunos surdos, respeitando suas necessidades linguísticas. A capacitação de educadores é essencial para garantir a efetividade da educação inclusiva. Além disso, o ensino de Libras fortalece os vínculos entre estudantes, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e colaborativo para todos.

A inclusão do ensino de Libras nas escolas é uma iniciativa que deve ser incentivada e expandida. Ela não só favorece a comunicação e a convivência entre alunos surdos e ouvintes, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e solidária, onde todas as pessoas têm o direito de ser ouvidas e compreendidas. O desafio, no entanto, ainda é grande, e é fundamental que o ensino de Libras seja visto como uma prioridade nas políticas educacionais, garantindo que os direitos dos surdos sejam respeitados e que a educação seja, de fato, acessível para todos.

Por fim, ensinar Libras na educação básica deve ser visto como um compromisso com a construção de uma escola mais inclusiva. Essa prática contribui para romper barreiras comunicacionais, combater o preconceito e promover o respeito à diversidade. Gesser (2012) aponta que, mesmo em espaços onde há iniciativas bem-intencionadas de ensino da Libras, ainda faltam políticas integradas que garantam sua presença sistemática nos currículos escolares. Nesse sentido, é urgente investir na formação de professores, na produção de materiais didáticos e na valorização da Libras como uma língua de instrução, comunicação e transformação social.

4.1 Formação de professores

A formação de professores de Libras tem se mostrado um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma educação inclusiva e bilíngue no Brasil. Autores como Albres (2012) destacam que essa formação deve ir além da simples reprodução de sinais e promover o desenvolvimento de uma postura crítica, atenta às especificidades da língua de sinais e da cultura surda. Essa perspectiva considera a formação docente como um processo contínuo, que exige a articulação entre teoria e prática e o compromisso com o aprimoramento pedagógico.

Segundo Albres (2012), um dos desafios históricos da formação de professores de Libras é a carência de políticas públicas específicas e estruturadas, o que compromete a qualidade da formação inicial e continuada. A autora aponta que muitos cursos ainda operam com baixa carga horária e poucos materiais didáticos adequados. Além disso, a formação de professores precisa contemplar a complexidade estrutural da Libras, respeitando sua gramática própria e valorizando sua dimensão identitária. Para ela, o professor de Libras deve ter domínio técnico da língua, mas também sensibilidade sociocultural e conhecimento sobre a comunidade surda, de forma que sua prática vá além do ensino mecânico dos sinais.

Oliveira (2021), ao relatar a experiência do projeto Digit-Libras, observa que a formação docente deve ser colaborativa, reflexiva e situada, tendo como base os contextos reais de atuação dos professores. Para ele, é imprescindível que os docentes atuem como mediadores entre a Libras e os diferentes espaços educacionais, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a criticidade, a autonomia e a valorização da comunidade surda. O autor ainda destaca a importância de se desenvolver a fluência na Libras, aliada ao domínio de conhecimentos didáticos específicos, o que inclui o conhecimento de estratégias de ensino e de materiais adaptados às diferentes realidades escolares.

No mesmo sentido, Lopes (2024) ressalta a importância do estágio curricular na formação dos licenciandos em Letras Libras. Para ela, o estágio é o espaço onde os futuros professores constroem sua identidade docente, articulam teoria e prática e refletem sobre os desafios do cotidiano escolar. No entanto,

Lopes aponta que a articulação entre disciplinas ainda é frágil, gerando insegurança nos licenciandos, que muitas vezes não se sentem preparados para atuar em sala de aula. Essa insegurança é acentuada quando não há acompanhamento efetivo do professor formador, ou quando os espaços escolares não estão adequadamente preparados para receber os estagiários.

Essas análises revelam que a formação de professores de Libras deve ser pensada como um processo contínuo, que envolve tanto a aquisição da língua quanto a construção de saberes pedagógicos. Albres (2012) reforça que o professor de Libras precisa ter sensibilidade cultural e domínio da estrutura linguística da Libras, reconhecendo seu papel como sujeito ativo na promoção da inclusão. Já Oliveira (2021) alerta que a ausência de materiais didáticos específicos compromete o ensino, tornando urgente a produção de recursos contextualizados. Além disso, ele defende que a participação ativa dos professores no planejamento curricular contribui para o fortalecimento do vínculo entre teoria e prática, e para o reconhecimento da Libras como componente essencial da formação docente.

Lopes (2024) acrescenta que o estágio não deve ser reduzido a uma prática técnica, mas concebido como um espaço de reflexão crítica e formação ética. O professor formador, nesse cenário, assume um papel essencial ao mediar os saberes dos estagiários, promovendo experiências significativas e desafiadoras. A autora ainda defende que o estágio deve ser planejado em diálogo com os projetos pedagógicos dos cursos e com as reais demandas das escolas. Ela observa que os relatos dos licenciandos apontam para a necessidade de maior articulação entre o que é discutido em sala de aula e o que é vivenciado nas escolas, a fim de evitar rupturas e frustrações que afetam diretamente a motivação dos futuros docentes.

A valorização da formação docente em Libras também passa pela construção de políticas públicas consistentes. Oliveira (2021) defende que a formação precisa dialogar com os saberes da comunidade surda e ser construída em parceria com os sujeitos envolvidos. Lopes (2024), por sua vez, salienta que a ausência de valorização institucional impacta negativamente a autoestima e a atuação dos futuros professores. Nesse sentido, as universidades e centros formadores precisam estabelecer programas de apoio, mentorias e

acompanhamento contínuo, que garantam o fortalecimento da formação inicial e favoreçam a inserção dos novos profissionais no mercado de trabalho com segurança e competência.

Portanto, investir na formação de professores de Libras é investir em inclusão, cidadania e qualidade da educação. Como ressaltam os autores analisados, é necessário ampliar a carga horária dos cursos, fortalecer os estágios, promover a integração entre teoria e prática e desenvolver materiais didáticos adequados. Somente assim será possível garantir que os professores de Libras estejam preparados para enfrentar os desafios da sala de aula e contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A formação de professores de Libras não pode mais ser tratada como um aspecto secundário dentro das licenciaturas, mas como uma prioridade que reflete o compromisso da educação brasileira com a diversidade e a equidade.

O ensino da Libras tem conquistado espaço significativo no cenário educacional brasileiro, especialmente no âmbito municipal, como parte de um esforço nacional em prol da inclusão de pessoas surdas nas escolas regulares. Diversas cidades têm legislado a favor da inserção da Libras no currículo das escolas públicas, reconhecendo sua importância não apenas para os alunos surdos, mas também para estudantes ouvintes, que passam a ter contato com uma nova forma de comunicação e cultura. Conforme pontua Martins (2008), a exigência da disciplina na grade curricular pode contribuir significativamente para a formação integral e diferenciada dos estudantes, desde que acompanhada de estratégias didáticas e valorização real do conteúdo.

Atualmente, o Brasil conta com mais de 62 mil estudantes surdos, com deficiência auditiva ou surdo-cegueira matriculados na educação básica. Desse total, a maioria — cerca de 56 mil — está inserida em salas de aula regulares, convivendo com colegas ouvintes. Outros 6 mil estudam em classes ou instituições bilíngues, voltadas especificamente para a comunidade surda. Esses dados, coletados pelo Censo da Educação Básica de 2023, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam avanços importantes no processo de inclusão escolar.

No ensino superior, embora os números ainda sejam modestos em

comparação à população geral, é possível observar uma presença crescente de pessoas surdas nas universidades: são quase 5 mil estudantes atualmente matriculados, e cerca de 1.400 já concluíram seus cursos. Além disso, o Brasil já conta com 269 mestres, 97 doutores e 13 pós-doutores surdos, o que evidencia conquistas relevantes na educação superior e reforça a importância da Libras em todos os níveis de ensino.

No Brasil, o ensino da Libras para estudantes ouvintes na educação básica ainda está em fase de consolidação. Apesar da legislação que reconhece a Libras como meio legal de comunicação (Lei nº 10.436/2002) e da obrigatoriedade de sua oferta em cursos de licenciatura (Decreto nº 5.626/2005), a prática educacional ainda esbarra em diversos entraves, especialmente relacionados à formação docente e à infraestrutura. Conforme aponta Gesser (2012), há uma carência de tradição no ensino de Libras para ouvintes no país, com poucos cursos estruturados e pouca sistematização nas metodologias aplicadas. Esses cursos, segundo a autora, reúnem públicos heterogêneos, com diferentes níveis de conhecimento e motivações, o que exige maior preparo pedagógico dos docentes.

Além disso, a autora destaca que os cursos de Libras atraem um público diversificado — desde familiares de surdos até profissionais interessados em acessibilidade — e que o ensino deve ser adaptado a essas diferentes motivações (GESSER, 2012). Nesse contexto, é necessário que o professor seja capaz de contextualizar o conteúdo e proporcionar vivências que valorizem a Libras como língua e cultura, e não apenas como um sistema de sinais.

A situação da formação docente é ainda mais crítica. Segundo Albres (2016), durante muito tempo, os espaços de formação de professores de Libras foram limitados e nem sempre acessíveis em Libras. Muitos professores surdos atuam sem formação pedagógica formal, confundindo fluência linguística com domínio didático. Além disso, os cursos de formação frequentemente negligenciam a prática docente, e poucos oferecem estágios que permitam a vivência real em sala de aula.

Embora haja iniciativas como o curso Letras-Libras, o número de profissionais formados ainda é insuficiente para atender à demanda nacional. Albres (2016) aponta que, no estado de São Paulo, por exemplo, apenas 65

surdos se formaram em Letras-Libras entre 2010 e 2012. A autora defende que a formação de professores de Libras deve abranger saberes linguísticos, pedagógicos, históricos e culturais, e que mesmo experiências internacionais pecam por desvalorizar os aspectos didáticos.

4.2 Panorama do Ensino de Libras no Brasil: Avanços, Experiências Locais e Desafios

O panorama do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil tem se transformado nas últimas décadas, refletindo avanços significativos, mas também revelando desafios persistentes em diferentes regiões do país. No entanto, o cenário atual evidencia que o processo de implementação efetiva da Libras como disciplina curricular ainda é desigual e enfrenta obstáculos, como a falta de formação docente e a escassez de materiais pedagógicos específicos.

Em nível nacional, observa-se uma movimentação crescente em torno da ampliação do ensino da Libras para ouvintes. Um exemplo disso é o Projeto de Lei nº 6.284/2019, que tramita no Congresso Nacional e propõe tornar obrigatória a oferta de Libras não apenas para estudantes ouvintes, mas também para os pais de crianças surdas. A proposta destaca a necessidade de formação de professores bilíngues e o desenvolvimento de materiais acessíveis, visando fortalecer a Libras como ferramenta de integração social nas escolas brasileiras.

No âmbito municipal, Curitiba, no Paraná, também dá sinais de avanço. Tramita na cidade um projeto de lei que busca incluir a Libras no currículo das escolas municipais, reforçando o compromisso com uma educação mais inclusiva e atenta à diversidade linguística e cultural. Essas iniciativas refletem um movimento nacional que reconhece a importância de garantir a comunicação entre surdos e ouvintes desde a infância.

Na Bahia, o panorama relacionado ao ensino de Libras nas escolas ainda se encontra em uma fase de especulação e discussão inicial. Em São Francisco do Conde, a implementação da Libras como segunda língua para ouvintes é regulamentada pela Lei Municipal nº 540/2018, que incluiu a disciplina no currículo da rede municipal de ensino. Segundo Silva (2024), essa legislação representou um marco para a educação local, pois institucionalizou a presença da Libras nas escolas, garantindo que estudantes ouvintes tenham contato contínuo com a

língua e com a cultura surda, favorecendo a comunicação e a inclusão social.

O município também desenvolveu o Referencial Curricular Franciscano, documento que estabelece objetivos, conteúdos e orientações metodológicas para o ensino da Libras. De acordo com Silva (2024), esse material foi construído com a participação de professores, intérpretes e membros da comunidade surda, o que assegurou sua legitimidade e adequação às demandas pedagógicas. O referencial ainda propõe que o ensino da Libras seja realizado de forma interdisciplinar, com foco em situações reais de comunicação e interação entre surdos e ouvintes.

Outro aspecto observado pela autora é o papel ativo da comunidade afro-surda local. Apesar de numericamente pequena, essa comunidade participa de ações escolares e eventos culturais, contribuindo para práticas mais inclusivas. Silva (2024) destaca que essa proximidade favorece o desenvolvimento de empatia, respeito e consciência sobre a diversidade linguística e cultural, fortalecendo o caráter multicultural da educação no município.

As discussões sobre o tema têm ganhado espaço em seminários, encontros educacionais e debates promovidos por universidades e movimentos sociais, mas a implementação efetiva depende de avanços nas políticas públicas estaduais. Essa realidade demonstra a necessidade urgente de ações concretas que transformem o debate em políticas educacionais, assegurando a inclusão linguística de forma mais ampla em toda a rede de ensino baiana.

O estado do Tocantins merece destaque no cenário nacional por ter sido pioneiro na implantação da Libras como disciplina obrigatória na educação básica. Desde 2022, segundo Coura (2024), 22 escolas estaduais oferecem aulas semanais de Libras para alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. A previsão é que esse número aumente até 2025, contemplando mais etapas da educação básica. Coura (2024) afirma que essa iniciativa proporciona aos estudantes contato real com uma nova forma de comunicação, criando ambientes escolares mais acolhedores e inclusivos. O autor ressalta ainda que o ensino de Libras pode abrir novas possibilidades pedagógicas, fortalecendo a formação multicultural dos alunos desde os primeiros anos escolares.

Em municípios como Esteio, no Rio Grande do Sul, Santos (2023) descreve que a inserção da Libras no currículo ocorreu por meio de adaptações nas matrizes curriculares, com o objetivo de valorizar a cultura surda e promover a inclusão

linguística. A formação de professores e a adequação de materiais pedagógicos têm sido prioridades para garantir a efetividade do processo de ensino.

No município de Soure, no Pará, Vitelli (2023) relata que, apesar das limitações estruturais e da escassez de profissionais capacitados, o ensino de Libras tem despertado o interesse dos alunos ouvintes. A experiência local, mesmo com suas dificuldades, evidencia o desejo dos estudantes em aprender uma nova língua e contribuir para uma escola mais inclusiva.

No Maranhão, a pesquisa realizada por Cardoso, Tavares e Silva (2018) no município de Guimarães aponta que a evasão escolar entre alunos surdos está diretamente relacionada à falta de comunicação eficaz entre surdos e ouvintes. As autoras enfatizam que a inclusão da Libras como disciplina pode representar um importante passo para reduzir a exclusão educacional e social desses alunos.

Já na cidade de São Paulo, Roa (2012) destaca os efeitos positivos de um projeto piloto com crianças ouvintes da educação infantil. Sua pesquisa mostra que o contato precoce com a Libras contribui para o desenvolvimento cognitivo e social, além de estimular valores como empatia e respeito às diferenças.

Para melhor visualização das diferentes experiências no país, a tabela a seguir apresenta um resumo das principais iniciativas em curso:

Tabela 3. Panorama do ensino de Libras

Localidade	Etapas de Ensino	Situação Atual	Fonte
Tocantins	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	Disciplina obrigatória desde 2022, expansão prevista até 2025	Jesus (2022); Coura (2024)
Esteio/RS	Anos finais do Ensino Fundamental	com Implementação gradual	Santos (2023)
Soure/PA	Educação Básica	Início recente, com limitações	Vitelli (2023)
Guimarães/MA	Ensino Médio	Ações locais ainda em fase inicial	Cardoso et al. (2018)
São Paulo (UNIFESP)	Educação Infantil (6 a 7 anos)	Projeto piloto bem avaliado	Roa (2012)
Curitiba/PR	Todas as etapas da Educação Básica	Projeto de lei em tramitação	Câmara Municipal de Curitiba (2025)
Brasil (Federal)	Todas as etapas	PL nº 6.284/2019 em tramitação	Câmara dos Deputados (2019)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

O panorama nacional do ensino de Libras para ouvintes é, portanto, um mosaico de avanços e desafios. De um lado, estados e municípios que já implementaram políticas concretas; de outro, regiões que ainda dependem de iniciativas pontuais ou de projetos de lei que aguardam aprovação. Em todos os casos, o que se percebe é uma crescente conscientização sobre a importância de tornar a Libras uma realidade acessível a todos os alunos, ouvintes ou surdos, desde os primeiros anos de escolarização.

5. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa permite compreender significados, percepções e implicações do ensino da Libras para ouvintes, valorizando a análise interpretativa e o contexto sociocultural no qual a prática se insere.

A pesquisa bibliográfica baseou-se na análise de livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam a Libras, a educação de surdos, a educação bilíngue, a inclusão escolar e a formação docente. Foram priorizadas obras de autores reconhecidos na área, como Quadros e Karnopp (2004), Gesser (2009, 2012), Duarte (2011), Rodrigues e Valente (2011), Mantoan (2003), Sasaki (1999), entre outros, além de produções mais recentes (2020-2024) que dialogam com políticas atuais e experiências práticas.

A pesquisa documental compreendeu a análise de legislações e diretrizes que regulamentam e orientam o ensino da Libras no Brasil, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Documentos institucionais e relatórios de órgãos públicos também foram consultados para mapear experiências e projetos implementados.

Os critérios para seleção das referências foram: Relevância para a temática do ensino da Libras para ouvintes; Atualidade (com prioridade para produções de 2000 em diante); Reconhecimento acadêmico ou oficial (publicações indexadas, legislações, diretrizes); Relação direta com o contexto educacional brasileiro.

A delimitação temporal considerou principalmente o período de 2002 a 2024, que corresponde ao marco legal da Libras e suas regulamentações, sem deixar de mencionar contribuições históricas relevantes.

Os dados obtidos foram organizados em categorias temáticas, como: fundamentos legais, concepções de inclusão, educação bilíngue, experiências práticas e desafios de implementação. As informações foram interpretadas de forma a estabelecer relações entre teoria e prática, destacando implicações pedagógicas e políticas para a inserção da Libras no currículo da educação básica.

6. RESULTADOS E CONCLUSÃO

A pesquisa revelou um cenário de avanços legais, mas de implementação limitada do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação básica voltada para ouvintes. A análise mostrou que, na maioria das escolas investigadas, a Libras ainda ocupa um espaço periférico, sendo oferecida como disciplina optativa ou atividade extracurricular.

Nas experiências em que a Libras foi inserida de forma contínua e planejada, foram observados efeitos positivos claros: maior integração entre estudantes surdos e ouvintes, ampliação da sensibilidade para questões de acessibilidade e fortalecimento de valores como respeito e empatia.

O estudo também apontou barreiras estruturais, como a escassez de professores qualificados, a carência de materiais pedagógicos bilíngues e a falta de políticas públicas que assegurem sua obrigatoriedade e qualidade de ensino. Essas limitações, além de restringirem o alcance das iniciativas, indicam um descompasso entre a legislação vigente e a realidade escolar.

A análise dos resultados confirma tendências apontadas por outros trabalhos, mas acrescenta nuances importantes. Assim como descrito em estudos anteriores, a presença da Libras no currículo escolar promove inclusão, amplia a comunicação e aproxima culturas distintas. No entanto, o presente estudo evidencia que o principal entrave não está apenas na ausência de obrigatoriedade, mas na fragilidade das condições para que o ensino seja efetivo.

Esse dado é relevante porque altera parcialmente a interpretação do problema apresentada na introdução: a questão central não é apenas “inserir” a Libras no currículo, mas garantir infraestrutura, formação docente e materiais adequados para que essa inserção tenha impacto real. Sem essas condições, a disciplina corre o risco de se tornar simbólica e pouco efetiva, servindo mais como cumprimento formal da lei do que como ferramenta de transformação social.

Outra observação relevante é que a aceitação e engajamento dos estudantes ouvintes tendem a ser altos quando a Libras é apresentada de forma interativa, com participação ativa de pessoas surdas no processo de ensino. Isso sugere que

estratégias pedagógicas mais participativas podem superar resistências e aumentar a motivação dos aprendizes, algo ainda pouco explorado nos projetos analisados.

Quanto à relação com a literatura existente, os resultados obtidos reforçam o entendimento de que a educação bilíngue beneficia não apenas a comunidade surda, mas também ouvintes, ao ampliar competências comunicativas e culturais. Entretanto, diferentemente de alguns estudos que sugerem que a implementação depende majoritariamente de políticas públicas, este trabalho mostra que fatores internos às escolas, como a gestão pedagógica e a cultura institucional, podem ter peso igual ou até maior na efetividade das ações.

Diante disso, a nova visão que emerge é que a Libras deve ser tratada como disciplina curricular obrigatória, mas acompanhada de um plano integrado que envolva: capacitação docente continuada, elaboração de materiais contextualizados, articulação com a comunidade surda e uso de metodologias ativas.

Os próximos passos da investigação incluem mapear práticas pedagógicas que já obtêm sucesso no ensino da Libras para ouvintes, estudar o impacto da presença de instrutores surdos na aprendizagem e desenvolver propostas de formação de professores que integrem conhecimentos linguísticos, culturais e metodológicos. Além disso, recomenda-se a realização de pesquisas de campo comparativas entre escolas que oferecem Libras de forma obrigatória e aquelas que a mantêm como optativa, para mensurar diferenças de impacto na inclusão e na percepção dos estudantes.

7. CONSIDERAÇÃO FINAL

O presente trabalho buscou analisar e refletir sobre o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação básica para alunos ouvintes no contexto brasileiro, com base em um panorama legislativo, pedagógico e sociolinguístico. Ao longo da pesquisa, foi possível constatar que, embora a Libras seja reconhecida legalmente como meio de comunicação legítimo da comunidade surda, conforme a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005, ainda há muitos desafios para sua implementação efetiva como disciplina obrigatória e integrada ao currículo escolar, especialmente voltada ao público ouvinte.

Compreender a Libras não apenas como uma ferramenta de acessibilidade, mas como uma língua com valor cultural, histórico e identitário, é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva. A presença da Libras nas escolas pode proporcionar não só o fortalecimento da identidade surda, mas também promover entre os ouvintes a valorização da diferença, o respeito à diversidade linguística e a quebra de barreiras comunicacionais.

As análises demonstraram que experiências históricas, como as vivenciadas em Martha's Vineyard e entre os indígenas Urubu-Ka'apor, evidenciam que a convivência cotidiana entre surdos e ouvintes, mediada por uma língua comum, contribui significativamente para o desenvolvimento de uma cultura inclusiva e colaborativa. Essas referências reforçam a importância de práticas educacionais bilíngues e inclusivas, que, aliadas à formação adequada de professores e ao uso de materiais pedagógicos acessíveis, podem garantir o sucesso do ensino da Libras desde os anos iniciais da educação básica.

O panorama do ensino da Libras no Brasil revela um cenário de avanços relevantes, porém ainda desiguais entre os diferentes contextos regionais. O estado do Tocantins se destaca como pioneiro ao implementar a Libras como disciplina obrigatória desde 2022, com ampliação prevista para outras etapas da educação básica. Municípios como Esteio (RS), Soure (PA), Guimarães (MA), São Paulo (SP) e Curitiba (PR) também demonstram iniciativas positivas, por meio de legislações locais, projetos-piloto e adaptações curriculares. Tais ações indicam uma crescente valorização da Libras como instrumento de inclusão e como componente legítimo do currículo escolar.

Entretanto, ainda são muitos os obstáculos enfrentados, como a ausência

de políticas públicas estruturadas, a escassez de professores qualificados em Libras, a limitação de recursos pedagógicos acessíveis e a falta de uniformidade na aplicação da legislação. A Bahia, por exemplo, encontra-se em estágio inicial de discussão sobre a obrigatoriedade da Libras para ouvintes na educação básica, com iniciativas ainda isoladas, como a do município de São Francisco do Conde. O avanço efetivo nesse cenário depende de uma articulação mais firme entre os entes públicos, as universidades, os movimentos sociais e a comunidade escolar.

Em nível nacional, destaca-se o Projeto de Lei nº 6.284/2019, ainda em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a obrigatoriedade do ensino da Libras não apenas para alunos ouvintes, mas também para os pais de crianças surdas. Essa proposta representa um importante avanço ao reconhecer a Libras como um direito linguístico coletivo, e não apenas como um recurso de acessibilidade.

Conclui-se, portanto, que o ensino da Libras para alunos ouvintes não deve ser visto apenas como uma estratégia de inclusão para estudantes surdos, mas como parte de uma proposta educacional mais ampla, voltada à construção de uma sociedade plural, justa e democrática. Para alcançar esse objetivo, é fundamental investir na formação de professores bilíngues, na elaboração de materiais pedagógicos acessíveis e na institucionalização da Libras como disciplina regular no currículo escolar. Só assim será possível garantir o direito à comunicação e à educação plena para todos, surdos e ouvintes, desde os primeiros anos da vida escolar.

REFERÊNCIA

ALBRES, Neiva Aquino. Formação de professores para o ensino de Libras: desafios e perspectivas. *Revista Sinais em Foco*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 27-41, 2016.

ALBRES, Neiva de Aquino (org.). *Libras em estudo: ensino-aprendizagem*. São Paulo: FENEIS, 2012.

ALMEIDA, Magno Pinheiro de; ALMEIDA, Miguel Eugênio. História de Libras: característica e sua estrutura. *Revista Philologus*, ano 18, n. 54, suplemento: Anais da VII JNLFLP, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012.

ARAÚJO, Francinete de Alcântara et al. A importância do ensino da Libras para crianças surdas e ouvintes na educação infantil: uma revisão de literatura. *Revista Científica de Educação e Linguagem*, v. 4, n. 1, p. 145-159, 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 3 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6.284, de 23 de outubro de 2019. Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina obrigatória nos estabelecimentos de ensino e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220592>. Acesso em: 27 jun. 2025.

CARDOSO, Luziane Alves; TAVARES, Yasmin Ferreira; SILVA, Maria Francisca da. Ensino de língua portuguesa como segunda língua: o caso dos alunos surdos no ensino médio no município de Guimarães/MA. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*, Universidade Federal do Maranhão, v. 9, ed. especial, p. 32-40, 2018.

COURA, Anderson Luiz Ferreira. A obrigatoriedade da Língua Brasileira de Sinais na educação básica: uma análise da experiência do Tocantins. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 28, n. 1, p. 45-58, 2024.

CURITIBA (Município). Projeto de Lei nº 005.00158.2022. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras – nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Curitiba. Disponível em: <https://cmc.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2025.

DUARTE, Anderson Simão. Ensino de Libras para ouvintes numa abordagem dialógica. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

FERREIRA, A. R. A Libras no contexto educacional: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Linguagem*, v. 22, n. 2, p. 85-102, 2019.

GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da comunidade surda*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIANINI, Eleny. A formação de professores de Libras: políticas e práticas. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOLDFELD, Márcia. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2023*. Brasília: MEC/INEP, 2023.

JESUS, Kelly Cristina Fernandes de. O ensino da Libras como segunda língua para os alunos ouvintes na educação básica do estado do Tocantins. 2022. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2022.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; CAPORALI, Sueli Aparecida; LODI, Ana Claudia. Questões preliminares sobre o ensino de língua de sinais a ouvintes: reflexões sobre a prática. *Distúrbios da Comunicação*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 53-63, abr. 2004.

LEÃO, Ana Rachel Carvalho. Deslocamentos subjetivos na sensibilização para a Libras em curso de formação de professores e profissionais ouvintes. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LOPES, Ligiane de Castro. A formação do professor de Libras: concepções, práticas e campo profissional no estágio curricular. 1. ed. João Pessoa: UFPB, 2024.

LOPES, R. P. O ensino da Libras para ouvintes: um olhar inclusivo na educação básica. *Revista Educação Inclusiva*, v. 6, n. 1, p. 45-60, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Everton Pessoa de. Formação de professores de língua de sinais: um exemplo do projeto Digit-Libras. 1. ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2021.

PAIVA, Gláucia Xavier dos Santos; FARIA, Juliana Guimarães; CHAVEIRO, Neuma. O ensino de Libras nos cursos de formação de professores: desafios e possibilidades. *Revista Sinalizar*, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 68-80, jan./jun. 2018.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; PIZZIO, Aline Lemos; PINTO, Patrícia Luiza Ferreira. *Língua Brasileira de Sinais I*. Florianópolis: UFSC, 2007.

ROA, Maria Cristina Iglesias. Libras como segunda língua para crianças ouvintes: avaliação de uma proposta educacional. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROCHA, Solange (org.). O INES e a Educação de Surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. *Revista Espaço*, n. 29, p. 94, jan./jun. 2008.

RODRIGUES, C. A. Educação bilíngue e ensino de Libras: perspectivas para uma escola inclusiva. *Revista Diversidade e Educação*, v. 9, n. 2, p. 32-49, 2021.

RODRIGUES, D. C. de C.; VALENTE, A. C. M. *Aspectos linguísticos da Libras*. Brasília: MEC/SEESP, 2011.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTANA, Aparecida Roberta dos Santos. *A surdez e a educação bilíngue: discutindo a formação de professores e a constituição da identidade surda*. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007.

SANTOS, Loiva Costa. Análise da matriz curricular para o ensino de Libras na cidade de Esteio/RS a partir das noções do Círculo de Bakhtin. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras – Português e Espanhol) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SANTOS, Luzmaia Cândida dos; BATISTA, Gustavo Araújo. A educação dos surdos no Brasil. [S. l.: s. n.], 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, Maria Denise Dourado da; SANTANA, Solange; CUNHA, Cássia Gomes da. Inclusão reversa e voleibol sentado: uma proposta de vivência inclusiva no contexto escolar. *Revista NESP*, 2021.

SILVA, Rodolpho Rocha da; LEMOS, Levy Freitas de; FÁCIO, Marcieli de Almeida. Ensino de Libras para ouvintes: análise bibliográfica dos processos linguísticos envolvidos. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, ed. esp. 2, p. 39-54, 2021.

SOARES, Leci. *A educação do surdo: interfaces entre linguagem, cognição e escolarização*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

STROBEL, Karin. *História da educação de surdos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

TAVEIRA, Leonardo da Silva; BANDEIRA, Jucimara de Barros. A interação entre as crianças ouvintes e surdas através da Libras na educação infantil. *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 13, n. 49, p. 164-177, 2024.

VELOSO, Ivanildo; FILHO, Valter. A Libras e sua estrutura. In: *Anais do I Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva*. Recife: UFPE, [s. d.].

VITELLI, Anderson Souza. O ensino de Libras: desafios e perspectivas docente em uma escola no município de Soure. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2023.

